

Uma experiência de desenvolvimento sociocomunitário com práticas emancipatórias em Cabo Verde

Maria Miguel Estrela

*Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade do Porto - FPCE
Professora da Faculdade de Educação e Desporto na Universidade de Cabo Verde
maria.estrela@docente.unicv.edu.cv
<https://orcid.org/0000-0002-1497-1890>*

Alexandra Sá Costa

*Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto - FPCE
Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade do Porto
alexandra@fpce.up.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7562-262X>*

José Alberto Correia

*Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Bordeaux II
Professor catedrático convidado da Faculdade de Psicologia e de Ciências
da Educação da Universidade do Porto
correia@fpce.up.pt
<https://orcid.org/0000-0002-8274-0525>*

Resumo

Este artigo se enquadra numa investigação sobre os processos desencadeados no Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos – ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Pretende-se apresentar o projeto como uma prática social participativa com aprendizagens construídas coletivamente, que conduziu a dinâmicas emancipadoras para as pessoas envolvidas. O objetivo deste artigo é relacionar o *conceito* autonomia como construção presente nas ações realizadas na comunidade no âmbito de um projeto de desenvolvimento sociocomunitário, com práticas pedagógicas emancipatórias. No que concerne à metodologia, a pesquisa é um estudo de caso, tem uma abordagem qualitativa, partiu da fundamentação teórica sobre conceitos relevantes como desenvolvimento, educação, participação e autonomia, para investigar as práticas realizadas no âmbito do projeto. O objetivo foi conhecer e compreender como é que esses conceitos se articulam e se operacionalizam nas ações da ONG Atelier Mar, no projeto em estudo, implementado na comunidade rural de Lajedos, Cabo Verde.

Palavras-chave autonomia; emancipação; práticas educativas; desenvolvimento sociocomunitário.

Conhecer: debate entre o público e o privado

2024, Vol. 14, nº 32
ISSN 2238-0426
DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2024.14.32.13827>
Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)
Data de submissão 18 de out 2023
Data de publicação 08 de jan 2024

An experience of socio-community development with emancipatory practices in Cape Verde

Abstract

This article is part of an inquiry into the processes triggered by the Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos – Santo Antão island, in the Cape Verde archipelago. This project is introduced as a participatory social practice with collectively built learning activities, which led to emancipatory dynamics for those involved. This article relates the concept *autonomy* as a construct in actions carried out in the community, within the scope of a socio-community development project, with emancipatory pedagogical practices. Regarding the methodology, this is a case study, with a qualitative approach, based on a theoretical foundation on concepts such as development, education, participation, and autonomy. This research aimed to know and understand how these concepts are interconnected and operationalized through actions taken by the non-governmental organization (NGO) Atelier Mar, in the project under study, deployed in the rural community of Lajedos, Cape Verde.

Key words autonomy; emancipation; educational practices; socio-community development.

Una experiencia de desarrollo sociocomunitario con prácticas emancipadoras en Cabo Verde

Resumen

Este artículo forma parte de una investigación sobre los procesos desencadenados por el Proyecto de Desarrollo Comunitario de Lajedos – isla de Santo Antão, en el archipiélago de Cabo Verde. Este proyecto se presenta como una práctica social participativa con actividades de aprendizaje construidas colectivamente, que dieron lugar a dinámicas emancipadoras para los involucrados. Este artículo relaciona el concepto *autonomía* como constructo en acciones realizadas en la comunidad, en el ámbito de un proyecto de desarrollo sociocomunitario, con prácticas pedagógicas emancipadoras. En cuanto a la metodología, se trata de un estudio de caso, con un enfoque cualitativo, basado en una fundamentación teórica sobre conceptos como desarrollo, educación, participación y autonomía. Esta investigación tuvo como objetivo conocer y comprender cómo estos conceptos se interconectan y se operacionalizan a través de las acciones de la organización no gubernamental (ONG) Atelier Mar, en el proyecto en estudio, implementado en la comunidad rural de Lajedos, Cabo Verde.

Palabras clave autonomía; emancipación; prácticas educativas; desarrollo sociocomunitario.

Une expérience de développement socio-communautaire avec des pratiques émancipatrices au Cap-Vert

Résumé

Cet article fait partie d'une enquête sur les processus déclenchés par le Projet de Développement Communautaire de Lajedos – île de Santo Antão, dans l'archipel du Cap-Vert. Ce projet se présente comme une pratique sociale participative avec des activités d'apprentissage construites collectivement, qui ont conduit à une dynamique émancipatrice pour les personnes impliquées. Cet article met en relation le concept *autonomie* en tant que construit dans les actions menées dans la communauté, dans le cadre d'un projet de développement socio-communautaire, avec des pratiques pédagogiques émancipatrices. Concernant la méthodologie, il s'agit d'une étude de cas, avec une approche qualitative, basée sur un fondement théorique sur des concepts tels que le développement, l'éducation, la participation et l'autonomie. Cette recherche visait à connaître et à comprendre comment ces concepts sont interconnectés et opérationnalisés à travers les actions de l'organisation non gouvernementale (ONG) Atelier Mar, dans le projet étudié, mis en œuvre dans la communauté rurale de Lajedos, Cap-Vert.

Mots-clés autonomie; émancipation; pratiques éducatives; développement sociocommunautaire.

Introdução

Durante muitos anos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento associado ao crescimento econômico dominou os anseios e as políticas em nível mundial. A educação foi equacionada junto com o desenvolvimento econômico e a procura por instrução cresceu, arrastada pela conjuntura do “otimismo da expansão econômica”, levando os países a investir fortemente na oferta educativa como forma de preparar mão de obra para o mercado de trabalho, tornando a escola “uma das mais relevantes instituições sociais” (Carneiro, 2001, p. 98) até os dias de hoje.

Os países que conquistaram sua soberania entre as décadas de 1950 e 70 do século XX viram seus planos de progresso atrelados a essa ideologia desenvolvimentista, influenciados pelo célebre discurso de posse de Harry Truman como Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), em 1949, que os classificou como “subdesenvolvidos”, indicando que precisavam seguir os caminhos do progresso e da “civilização”, como refere Amaro (2017).

Cabo Verde, pertencente a esse grupo de países então denominados “subdesenvolvidos”, tem como marco cronológico de referência em seu processo de desenvolvimento o dia 5 de julho de 1975, data da proclamação da independência que rompeu com 500 anos de colonização portuguesa.

O país arquipélago, localizado no oceano Atlântico, a pouco menos de 500 quilômetros da costa africana, é árido, tem um contexto climático pouco favorável à prática da agricultura e da pecuária, com longos períodos de seca, um ecossistema extremamente frágil e apenas uma pequena parcela da superfície do país é arável, como referido no *III livro branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde* (Cabo Verde, 2021).

Como país com pouco mais que quarenta anos de soberania, Cabo Verde passou por um processo de desenvolvimento baseado na cosmovisão dos protagonistas da luta pela independência e pelos sucessivos projetos políticos de sociedade que os governos foram delineando desde os primeiros anos de independência até a atualidade (Furtado, 2016).

Hoje os indicadores econômicos e sociais revelam melhorias nas condições de vida, mas os velhos desafios da luta contra a pobreza, as desigualdades e as secas cíclicas persistem e Cabo Verde continua na lista dos países em desenvolvimento mais vulneráveis, enquanto pequeno Estado insular africano. Um dos aspectos relevantes que caracteriza os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), como Cabo Verde, é a frágil economia, uma condicionante do processo de desenvolvimento. A economia é caracterizada por pequenez dos mercados, falta de diversificação na produção, devido aos limitados recursos de base, elevado grau de abertura econômica e grande dependência de uma ampla variedade de exportação e importação (Meng & Le Blanc, 2013).

Em Cabo Verde, “um espaço arquipelágico, atlântico, periafricano, Saheliano” (Silva, 1996, p. 10), a pobreza e a escassez em vários níveis, inclusive de água, representam enormes

desafios para a população, para o governo e para os atores da sociedade civil organizada, que têm assumido um papel ativo na construção da sustentabilidade do desenvolvimento, com a implementação de vários projetos sociocomunitários.

Logo após a independência nacional o novo governo, assim como os que se sucederam, consideraram a educação um motor de desenvolvimento e a evolução da oferta educativa em Cabo Verde teve forte dinamismo, associado ao combate às desigualdades, com políticas e programas de alfabetização e o alargamento da rede de escolas (B. Varela, 2014).

O processo de desenvolvimento em Cabo Verde também tem contado com a intervenção da sociedade civil organizada, assim como na maioria dos países que conquistaram sua soberania nos últimos sessenta anos, e com a intervenção de organizações não governamentais (ONG) internacionais, que têm agenda própria e métodos de trabalho consolidados. No caso do projeto em estudo, foco deste artigo, trata-se de uma intervenção de uma organização de matriz nacional.

Com efeito, a sociedade civil cabo-verdiana tem-se organizado desde o impulso inicial da Lei n. 78/III/1987, a lei sobre as associações, criando inúmeras associações que atuam em nível local ou nacional em vários campos da vida social, culminando este processo na Lei n. 114/VIII/2016, que define o estatuto das organizações da sociedade civil de desenvolvimento.

Muitas dessas organizações nacionais procuram a colaboração de parceiros internacionais para obter recursos para a implementação de seus projetos e atender às necessidades das populações, uma vez que os recursos nacionais são limitados. Como dizem Larsen et al. (2003), o trabalho para promover o desenvolvimento comunitário não deve ficar preso aos “recursos locais” disponíveis, cabe mobilizar recursos externos para alcançar os objetivos.

Este artigo traz parte dos resultados da análise do Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos e alguns aspectos que caracterizam a realidade da comunidade, na ilha de Santo Antão, Cabo Verde, partindo de conceitos teóricos que ilustram a forma de atuar da ONG Atelier Mar, concluindo com uma breve análise dos resultados do projeto, ou seja, das mudanças sociais ocorridas.

Sendo a educação o foco da intervenção no referido projeto, ela é abordada de modo global enquanto fenômeno social, ou seja, abrangendo as aprendizagens individuais significativas na vida de cada pessoa e as aprendizagens coletivas na vida comunitária. A educação assim entendida, tal como dito por Quintana (1992), apresenta-se como um processo de socialização e é contínua, abarcando outras esferas sociais além das instituições escolares.

A grande motivação para esta pesquisa foi compreender e evidenciar a força da presença do educativo nas dinâmicas de desenvolvimento sociocomunitário, ligadas às intervenções e práticas sociais participativas da ONG Atelier Mar na comunidade de Lajedos.

A relação entre a educação e a autonomia é igualmente importante para este artigo, onde se aborda a autonomia como uma necessidade e uma consequência das metodologias participativas adotadas na implementação e gestão do projeto.

Antes de abordar o contexto da educação não formal que caracteriza a maior parte das práticas educativas no projeto em estudo, é importante referir o lugar da educação no projeto político de construção do país após a independência. Em Cabo Verde, o debate sobre a educação sempre destaca o significativo investimento feito nos últimos anos, visando a garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de frequentar a escola. F. Varela (2018) destaca a educação como permanente aposta estratégica: desde a independência de Cabo Verde é a prioridade das prioridades. O investimento na educação também incluiu a implementação de programas de alfabetização de adultos, que reduziram significativamente a taxa de analfabetismo no país, onde mais de metade da população não sabia ler nem escrever quando o país adquiriu a soberania, em 1975. “A reconstrução do país, saído de uma condição de colônia, despido de recursos tradicionais, exigiu, como sendo um imperativo nacional e de sobrevivência da própria população, na sua maioria analfabeta, um forte investimento no [Setor] da Educação” (F. Varela, 2018, p. 87).

Paulo Freire foi uma importante referência na promoção da educação em Cabo Verde, particularmente os conceitos expressos em sua obra *Pedagogia do oprimido* (Freire, 1970) onde afirma a sua convicção nas capacidades das pessoas, para mudarem as suas vidas. Assim, o país assumiu que “a alfabetização, mais do que esses mecanismos de aprendizagem dum alfabeto [...] é a tomada de consciência para podermos capacitar, para podermos ser eficientes na transformação dessa realidade” (Cabo Verde, 1979, p. 13), portanto, tal como destaca Freire (1970), é necessária uma educação humanizada que conscientiza as pessoas para lutarem pela liberdade, autonomia e autorrealização.

O método de conscientização de Freire (1970) foi largamente utilizado nos programas de alfabetização de jovens e adultos em todas as ilhas, desde a formação de educadores e a produção de manuais específicos até a criação de círculos de cultura (Teixeira, 2006). No entanto, os esforços para promover uma educação emancipatória em Cabo Verde são limitados e existem alguns desafios, como a falta de recursos educacionais adequados, a necessidade de formação de professores e, sobretudo, a necessidade de estimular politicamente o interesse pela educação emancipatória como meio de promover a transformação social e o desenvolvimento do país.

B. Varela (2023) refere como uma fraqueza da educação no país o fato de subsistir uma lógica de transmissão do conhecimento em detrimento da autonomia e participação do aluno na construção de sua própria aprendizagem.

Nesse sentido, a educação, como pilar estruturante da cidadania ativa, carece de práticas emancipatórias que levem as pessoas a construir sua capacidade de participar nos processos de decisão que lhe dizem respeito.

Em Cabo Verde, desenvolvem-se nos contextos comunitários processos educativos estimulados pelos projetos dinamizados pelas associações. De modo geral, o trabalho das ONG nacionais (Marques, 2015) revela que algumas ainda têm práticas assistencialistas e a maioria procura integrar a participação e a autonomia mediante ações educativas e projetos de intervenção, de modo que as populações se apropriem dos projetos e adquiram capacidades para melhorar suas vidas. O que dificulta esse resultado é o fraco seguimento após a conclusão dos projetos e a limitação dos recursos, inclusive humanos, pois, como revela o estudo, muitas ONG laboram com base no voluntariado, mas a diversidade e a quantidade de intervenções envolvendo as populações no meio rural é bastante expressiva (Marques, 2015).

Com esse pressuposto, o projeto dinamizado pelo Atelier Mar em Lajedos para promover o desenvolvimento endógeno assumiu alguns desafios, criando intervenções sociais baseadas na educação não formal e na valorização dos recursos locais, especialmente os humanos.

Esta pesquisa buscou conhecer e compreender os processos de emancipação e autonomia registrados no projeto em estudo.

Contextualização teórica

O conceito *desenvolvimento*, amplamente adotado desde o pós-Segunda Guerra Mundial, quer em termos práticos ou teóricos, engloba o pensamento econômico ocidental contemporâneo. A ideologia desenvolvimentista se afirma em nível internacional a partir do Plano Marshall e está vinculada ao crescimento econômico e ao paradigma da industrialização e modernização dos países capitalistas (B. Ferreira & Raposo, 2017).

No entanto, os resultados desse desenvolvimento não se traduziram em maior bem-estar para todos em todos os países: as desigualdades sociais persistem, os problemas ambientais crescem e novos pensadores analisam a questão e têm produzido novas teorias.

Devemos considerar que a concepção de desenvolvimento não se restringe ao econômico e tem sido enriquecida com adjetivos como *sustentável*, *endógeno* e *participativo*, apontando atualmente uma abordagem holística, muito além do desenvolvimento econômico, onde se pretende incluir a qualidade de vida e a participação comunitária.

Assinalamos o conceito *desenvolvimento sociocomunitário*, proposto por Amaro (2003) que conduz a uma reflexão em uma perspectiva alternativa, que se pode resumir como desenvolvimento baseado em três ideias fundamentais: a) o diagnóstico das necessidades, realizado com a participação das populações; b) a resposta a essas necessidades, com a mobilização das capacidades da própria comunidade; e c) os problemas e as soluções abordados de modo integrado, articulando vários conhecimentos disciplinares e setores de intervenção.

Assim, o desenvolvimento sociocomunitário tem de ser encarado além da possibilidade de participação ou de acesso a respostas para as necessidades básicas, como surge frequentemente no discurso político dos dirigentes. Segundo Caride (1997), o desenvolvimento dito comunitário contribui com maior qualidade de vida e promove o desenvolvimento endógeno e a iniciativa da própria comunidade, portanto, exige liberdade e participação consciente da comunidade. Entendemos que deve integrar uma visão holística e equilibrada da ação educativa e sociocomunitária (Caride et al., 2007).

Tal como postulado por Sen (2000), o novo olhar sobre o desenvolvimento é direcionado para a liberdade, ou seja, deve objetivar o fim da privação de capacidades e as pessoas devem estar livres para viverem sua vida com qualidade e do modo que preferirem. Dito de outra maneira, as pessoas devem ter liberdade para agir promovendo as mudanças de acordo com seus valores e objetivos (Sen, 2000).

Trata-se, portanto, de direcionar o foco para a liberdade de ser, para a autonomia que decorre da construção das capacidades. Nesse sentido, permite-se abordar o desenvolvimento sociocomunitário na perspectiva do empoderamento das pessoas, para terem autonomia e protagonismo nas transformações sociais desejadas.

No atual debate sobre *desenvolvimento* e *desenvolvimento sociocomunitário*, o empoderamento é uma ideia que ganhou força. Derivado do termo em inglês empowerment (Friedmann, 1996), tem como eixos fulcrais o respeito pelas escolhas relativas a prioridades e modelos de desenvolvimento, o reforço das condições de exercício da cidadania e das oportunidades de participação, o reforço da autonomia e da capacidade de decisão, a capacitação dos recursos humanos e a promoção da integração social, com suporte na economia de base doméstica e comunitária. Implica, portanto, processos de descentralização efetiva do poder e alargamento progressivo do controle real das comunidades sobre seus espaços e modos de vida.

As alternativas de desenvolvimento propostas e/ou implementadas nos contextos locais encontram sentido na comunidade, nas sinergias localizadas e nos fluxos de energias criativas que resultam da participação das pessoas.

Na linha de pensamento de Friedmann (1996), o sociólogo cabo-verdiano Jesus (2016, p. 64) confirma que o processo de desenvolvimento comunitário deve responder às necessidades básicas das populações, considerando a capacidade de participação das pessoas e a mobilização do “potencial endógeno”, ou seja, os recursos humanos, naturais e institucionais locais.

Em síntese, tem sentido falar em *desenvolvimento comunitário* quando o que se deseja são melhores condições de vida para as populações, considerando seu espaço, sua cultura e todas as especificidades de cada território, enquanto comunidade única.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sociocomunitário em Cabo Verde faz parte da atuação da sociedade civil organizada e também se revela presente no plano discursivo, tanto político como sociológico.

O conceito *autonomia* emerge nas políticas e em muitas intervenções com um caráter prescritivo ou como algo mágico que poderá levar as pessoas a transformarem positivamente suas vidas. No entanto, falta explicar objetivamente como essa autonomia se dá na prática, no contexto de um jovem país como Cabo Verde, onde a pobreza é limitadora da liberdade de ação e do poder de decisão em comunidades rurais e os escassos recursos constituem entraves à participação e à emancipação.

Abordar a problemática da educação enquadrada na estratégia de implementação do projeto é considerar a autonomia como uma dimensão relevante, entendida como a capacidade de tomar decisões e agir de forma independente em determinado contexto. Com efeito, a autonomia implica agir com responsabilidade, tomar decisões de modo consciente e crítico, assumir compromissos e consequências de atos ou ações, reconhecer com clareza os aspectos políticos, econômicos e ideológicos que permeiam as práticas sociais e ter consciência das condições materiais que as caracterizam (Freire, 1996).

Consideramos ser a emancipação algo processual, a construção de autonomia e o reconhecimento do poder que tem a pessoa, portanto, implica participação, educação e expansão das capacidades das pessoas, mantendo relação com a cidadania.

Encaramos a emancipação dessa maneira inspirada na proposta de Freire (1970), onde o enquadramento político, moral e social da emancipação é sobretudo prático, porque se criam propostas e estratégias para a emancipação, que, no caso, deixa de ser uma tarefa apenas política ou filosófica para se incluir nas práticas pedagógicas; essencialmente, a emancipação é uma tarefa educacional.

O conceito *educação*, de abundantes abordagens e definições, frequentemente com caráter ideológico, na maioria das vezes remete ao contexto escolar. Como dito, assumimos aqui a ampla visão da educação enquanto prática social associada ao desenvolvimento humano e que ocorre em várias instâncias da vida e da cultura de cada grupo. Como diz Canário (1998), a educação se confunde com a socialização e não está restrita aos processos de escolarização. De fato, a educação é aqui entendida como algo central na vida das pessoas, compõe-se de aprendizagens que ocorrem não apenas nas instituições formais, como as escolas, indo além da *educação formal* e englobando aprendizagens em todos os contextos sociais. Assumindo o postulado de Nóvoa (2014), trata-se da educação aberta a todos os tempos e vivências e a todas as dimensões da vida, ou seja, não se limita à aprendizagem de competências para o mundo do trabalho.

A *educação informal* é aquela que ocorre na vida quotidiana, em um processo não organizado, e os agentes dessa educação são os familiares, amigos, colegas e interlocutores ocasionais, sendo comumente designada *socialização*.

A *educação não formal* também ocorre fora da esfera escolar, mas tem objetivos e conteúdos bem estruturados e envolve agentes alternativos à figura de professor.

Estas duas modalidades são entendidas no âmbito das “situações educativas (não formais ou informais) que se distinguem e demarcam do formato escolar” e se “situam num continuum” (Canário, 1998, p. 3).

Para clarificar esse conceito se pode acrescentar que Gohn (2014), afirma que a educação não formal é um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e também de aprendizagem de conteúdos escolares em ambientes diferenciados.

Desse modo, a educação não se restringe a certas atividades ou espaços, ela flui na vida das pessoas, como processo interativo, social, que abarca o individual e o coletivo, a natureza e a comunidade, sendo permanente, com todas as suas dimensões (social, cultural, política, econômica), o que cria relações e ações que provocam mudanças na realidade.

Este artigo analisa as dinâmicas sociais no âmbito do projeto de Lajedos, com fluidez, centrando-se nas questões da educação em suas diversas dimensões e em sua dialética diante de todos os campos da vida das pessoas.

O projeto e a ONG Atelier Mar

O contexto empírico onde decorre o estudo é o projeto implementado na comunidade rural de Lajedos, que tem cerca de 600 pessoas, de acordo com os censos de 2010 e 2021. Situa-se no interior da ilha de Santo Antão, no município de Porto Novo.

A inevitável reflexão sobre os conceitos nucleares da base teórica desta investigação (*desenvolvimento, desenvolvimento sociocomunitário, participação, comunidade, educação, autonomia e emancipação*) serve para compreender o processo de desenvolvimento desencadeado em Lajedos.

A ONG Atelier Mar, criada em 1979 na ilha de São Vicente, estendeu sua ação à ilha de Santo Antão em 1987, com uma ação social baseada nos interesses coletivos, na mobilização e no fortalecimento da cultura local e das lideranças comunitárias, no sentido de contribuir para a conquista da cidadania, levando as pessoas à conscientização de suas capacidades para assumir desafios relativos à ética e ao respeito.

Nesta reflexão, o desenvolvimento é visto como um processo educativo. A educação é o elemento sempre presente, estruturante, que origina resultados materiais e imateriais que possibilitam a afirmação da comunidade, a valorização endógena e a ação autónoma e emancipatória das pessoas. Nessa perspectiva, a abordagem da educação é ampla e vai além dos processos escolares, incluindo aprendizagens fora dos muros escolares, em todos os contextos de vida.

Em 1987, quando teve início sua aproximação a Lajedos, Atelier Mar realizou um estudo socioeconômico e proporcionou um retrato social da comunidade. Essa pesquisa revelou

que a população vivia com poucos recursos, encarando a pobreza como algo estrutural e inalterável (Estrela, 2005).

Considerando o referencial teórico abordado, no Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos se buscou a operacionalização do conceito *desenvolvimento*, fazendo com que contribuísse para que as pessoas compreendessem e assumissem o processo de significação e transformação da comunidade, direcionado à cidadania completa.

Assumindo o desafio de estimular as pessoas a procurarem formas de melhorar suas vidas, o Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos, impulsionado pela ONG cabo-verdiana Atelier Mar, começou em 1987 e foi dividido em duas fases. A primeira fase, denominada “Animação Comunitária”, destinava-se sobretudo à mobilização das pessoas e a uma sutil conscientização política, para que tivessem capacidades de agir; e a segunda fase começou em 1993, com intervenções para promover o desenvolvimento da comunidade, e foi denominada “Projeto de Desenvolvimento Comunitário”.

Pelos documentos institucionais consultados¹, admite-se que a ONG Atelier Mar fez uma abordagem participativa e pluridisciplinar (com encontros, reuniões, debates, envolvimento de uma equipe de profissionais de várias áreas e de várias entidades e atores sociais), trabalhando todas as dimensões da vida.

Os espaços de participação alicerçaram uma abordagem emancipatória que estimulou a autonomia, contrastando com o modelo de intervenção predominante, quer por parte do Estado, quer de ONG internacionais, que tem sido sobretudo assistencialista, decorrente da relação de dependência gerada pela pobreza e por secas cíclicas, que deterioram o nível de vida, sobretudo no interior das ilhas.

Agir para estimular a autonomia é validado nas palavras de Demo (2001), que afirma que, em situações de pobreza material, mas, principalmente, pobreza política, não se pode esperar que as pessoas participem adequadamente, sem que antes tenham conquistado seu processo de autonomia. Também se trata de considerar que os conceitos *participação*, *autonomia*, *emancipação* e *desenvolvimento* estão imbuídos de ideologia e a reflexão sobre o projeto tem um viés crítico, procurando despir o desenvolvimento comunitário do legado colonial, reconhecendo a abordagem emancipatória que tem como núcleo central o despertar da consciência, o empoderamento e a participação das pessoas.

Os processos desencadeados pela ONG Atelier Mar nas dinâmicas do Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos se enquadram como educação não formal, por terem flexibilidade e maior atenção às necessidades das pessoas e pelos processos participativos, mantendo a intencionalidade educativa sem seguir o modelo escolar. O trabalho da ONG ocorre essencialmente fora do ambiente escolar tradicional, no âmbito de atividades culturais, produtivas e sociais, como as implementadas no Projeto de Lajedos, e que vão desde as formações sobre técnicas artesanais, melhor aproveitamento da água

1 Ficha de projeto, relatórios de atividades, folhetos, vídeos, listas de presença e atas de reunião.

para a agricultura, transformação agroalimentar e construção civil com materiais locais até a realização de encontros e debates envolvendo especialistas nacionais e internacionais sobre temáticas como a participação social, a economia solidária e a literatura.

Essas ações possibilitam alcançar públicos fora da educação formal, como jovens em situação de vulnerabilidade e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola.

As intervenções realizadas no projeto incluíram as formações profissionais especificamente preparadas (técnicas agrícolas, transformação alimentar, tecelagem, costura criativa, produção de materiais de construção civil e turismo solidário de base comunitária, entre outras), momentos de planificação e tomada de decisões coletivas, de discussão de resultados, de execução de obras (construção da escola, criação de espaços públicos e das oficinas de produção), confecção de peças de artesanato ou elaboração de compotas com frutas locais, tudo isso constituindo contextos de aprendizagens.

Os documentos consultados revelam uma metodologia participativa utilizada para reforçar a autonomia das pessoas, ampliando suas habilidades e competências para serem atores de seu próprio desenvolvimento. Como diz Amaro (2003, p. 57), a “adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres”.

As experiências foram produzidas sob uma lógica de ação, com vistas ao empoderamento das pessoas, tanto em nível individual quanto coletivo, e gradual conquista da autonomia. Identificou-se no documento do projeto criado pela ONG a busca por construir competências para resolver problemas e desafios do cotidiano de constante enfrentamento das dificuldades econômicas que marcam a realidade sociocultural dos ilhéus cabo-verdianos, particularmente no meio rural.

O adjetivo *comunitário*, que caracteriza o projeto, enquadra-se na definição de comunidade como lugar aconchegante e cálido, como definido por Bauman (2003). A comunidade é vista como lugar onde há solidariedade, as pessoas se sentem acolhidas e há participação coletiva. As pessoas, ao protagonizarem um processo de desenvolvimento onde a responsabilidade foi partilhada com a equipe da ONG, além de fortalecerem os laços comunitários, tiveram sua autonomia ampliada mediante ações pedagógicas, quer estruturadas em ações de formação, quer de modo informal, porque valorizam a aprendizagem como ato emancipatório que as transforma.

A prática educativa proposta por Freire (1996) se realiza mediante o diálogo, a dialética, promovendo a emergência de uma consciência crítica a partir do conhecimento das condições de vida, a realidade das pessoas, onde também se encontram as condições para a transformação dessa realidade. A valorização da aprendizagem como ato emancipatório indica que a comunidade é vista como espaço de transformação, no qual as pessoas têm a possibilidade de tornarem-se sujeitos ativos em sua própria realidade.

Assim, nas ações promotoras do desenvolvimento sociocomunitário com participação ativa das pessoas, a partilha de responsabilidades e a interação com a equipe de trabalho do projeto imersa na vida comunitária apresenta complexidade, mas facilita aprendizagens e construção da autonomia. Isso considerando que o foco recai sobre as capacidades das pessoas e a autodescoberta de seu poder de mudar a situação.

Metodologia

A reflexão que aqui se apresenta se enquadra em uma investigação de doutorado em Ciências da Educação, cujo objetivo foi compreender as dimensões educativas emancipatórias em um processo comunitário, considerando educativa a própria dinâmica de desenvolvimento.

Para desenvolver esta pesquisa foram adotadas as seguintes questões:

- Como o Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos contribuiu com a autonomia social e o desenvolvimento sociocomunitário?
- Como as práticas educativas se fizeram presentes?
- Como o processo de desenvolvimento foi criando dinâmicas emancipatórias e de transformação social na comunidade?

Segundo Silva e Silva (2022), a educação é um fenômeno muito complexo, com implicações em todos os domínios da vida das pessoas, assim, o desenho metodológico da investigação procurou conhecer o processo de desenvolvimento em Lajedos e seus efeitos educativos na dimensão coletiva, inserido na cultura e na vida social, mas também enfocando a dimensão individual, enquanto alavanca emancipatória e de construção de autonomia.

Trata-se de estudo de caso, realizado para compreender de modo aprofundado a realidade do projeto, as dinâmicas ocorridas, em uma perspectiva holística, com sucessivas etapas de recolha de dados em diversas fontes e sua análise e interpretação, procurando integrar três propósitos básicos: explorar, descrever e compreender o caso (Yin, 1994).

O estudo, portanto, centra-se no Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos, as ações realizadas, os efeitos no território, as pessoas e seu empoderamento, ou seja, o “caso” em seu todo e sua unicidade (Yin, 1994).

Considerando a complexidade do projeto e os objetivos da investigação, a metodologia adotada, centrada no paradigma qualitativo, foi uma abordagem holística do fenômeno em estudo, com aproximação aos sujeitos e às situações como um todo e não os reduzindo a variáveis mensuráveis, com foco no contexto onde as ações e interações decorreram para compreender os quadros de referência dos atores (S. Ferreira, 2012).

A preocupação com a postura ética foi transversal a todas as etapas da investigação, desde a definição da problemática, a escolha metodológica e a utilização correta dos instrumentos de recolha e tratamento de dados.

As técnicas adotadas, além da revisão da literatura (livros, artigos científicos, documentos oficiais), foram entrevistas exploratórias com três pessoas-chave, participantes do projeto em diferentes níveis, e grupos focais (*focus groups*) com 8 mulheres da comunidade, postas em prática em um período de 4 meses, com vários deslocamentos até a comunidade, procurando captar a experiência e o envolvimento dos sujeitos, bem como as informações que revelassem a diversidade de olhares sobre as atividades e o posicionamento pessoal.

A consulta documental de arquivos da ONG incluiu relatórios dos anos em que o projeto foi implementado, correspondências diversas, folhetos informativos, cartazes de atividades do projeto, registros de imagens e atas de reuniões. A observação participante, realizada em um processo de imersão na comunidade, permitiu conhecer seu cotidiano, o modo como usam os recursos do projeto e os diferentes momentos de participação das pessoas, usando um diário de campo para anotar conversas e reflexões subsequentes às observações.

A busca por informações levou a uma leitura interpretativa de documentos pertinentes referidos, disponibilizados pela ONG Atelier Mar, que ajudaram a caracterizar a localidade de Lajedos e o projeto. Trata-se de um exercício que proporciona a visão heurística típica dos estudos de caso (Stake, 2007).

A técnica de análise de conteúdo utilizada para os dados obtidos nas entrevistas foi objetiva, sistemática e representativa do que se encontra na comunicação a que se refere. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas de análise das comunicações que recorre a procedimentos sistemáticos e objetiva a descrição do conteúdo das mensagens. Após a transcrição das entrevistas e discussões, procedeu-se à análise de conteúdo atendendo a categorias previamente definidas.

Para a reflexão que conduziu à redação deste artigo, o foco recaiu sobre a categoria referente às práticas educativas e às dimensões educativas do processo de desenvolvimento, em todos os níveis (social, político e econômico) e os possíveis efeitos emancipatórios, bem como as percepções das pessoas sobre o valor do projeto e contributos para sua autonomia.

Análise e discussão

A práxis da organização Atelier Mar gerou interação no projeto entre a equipe técnica e a população e as atividades implementadas, bem como as discussões, reuniões de planificação e formações, criando alternativas emancipatórias que, além de revelarem o valor da lógica de intervenção de proximidade, produziram saberes e acesso a bens e serviços que os processos de desenvolvimento devem conter. Os resultados, como as oficinas produtivas criadas, os pequenos negócios geridos com os princípios de economia solidária e a criação de atividades de turismo de base comunitária, mostram o surgimento

de soluções desenvolvidas com protagonismo da comunidade e com sentido coletivo, respondendo às suas necessidades e desejos.

O trabalho realizado, que se iniciou com um diagnóstico social e econômico, conteve um pressuposto pedagógico, imerso nas práticas sociais da comunidade e no respeito pela cultura e identidade local, procurou respostas para os desejos e as necessidades das pessoas, servindo de impulso para mudança de comportamentos e atitudes, para ampliar aprendizagens e refazer a valorização de si, do outro e do comum. A observação da vida na comunidade, as entrevistas realizadas para conhecer a participação das pessoas nas atividades e sua percepção das mudanças ocorridas foram reveladoras do modo de atuar da ONG.

O conceito *autonomia* está entretecido na vida do projeto, desde sua concepção e definição de objetivos, ao processo de planejamento das ações e, especialmente, durante sua implementação e gestão com partilha de responsabilidades e flexibilidade.

O entendimento de que o projeto foi participativo e estimulador da autonomia é ilustrado pelas palavras do fundador da ONG e do projeto, quando instigado a contar como a intervenção da ONG Atelier Mar em Lajedos começou:

Primeiramente foi entender se erámos úteis. Perceber a comunidade, o seu perfil. [...] Ao discutir com as pessoas, começou a surgir projeções de dimensão comunitária, o interessante é que não eram coisas pessoais, os objetivos que começaram a surgir eram comunitários. (E2)

A imersão na realidade local feita durante a recolha de informações para esta pesquisa (quatro meses intensos e várias visitas posteriores à comunidade), a análise das entrevistas, revelam que a flexibilidade das ações que eram planificadas conjuntamente e ajustadas às disponibilidades de tempo das pessoas e a valorização dos recursos e saberes comunitários, além do estímulo participativo, foram importantes para a conquista da autonomia e emancipação, como nos diz I. na entrevista:

Com o projeto há aproveitamento de coisas da terra, recursos que não se valorizava antes como o sisal, a pedra, a pozolana, até mesmo algumas frutas que agora se aproveita bem, porque se não vender fresco pode-se fazer doce. Para o artesanato também foi bom, no projeto ensinaram a fazer várias coisas, cerâmica, cestaria, tecelagem, bonecas de pano. O maior benefício do projeto é a oportunidade de aprender, na escola, nas atividades, agora entendemos o valor do que temos. (E3)

Ao estimular um processo de desenvolvimento comunitário fluido e impregnado de educação em todas as suas dimensões, as mudanças ocorrem de forma transformadora da realidade comunitária, com base em densas e diversas relações sociais e aprendizagens experienciais. Uma das mulheres da comunidade que sempre participou no projeto diz o seguinte:

Eu vejo o projeto mais no âmbito do emprego e do autoemprego e já me estava esquecendo da parte da escola e da educação! A autonomia para mim também é educação, e muito especial! Porque aprender a ser autônomo é importante. (B. FG)

Este projeto e a metodologia de implementação usada pela equipe da ONG Atelier Mar para promover o desenvolvimento sociocomunitário visou a fortalecer as relações sociais e comunitárias, valorizando a identidade cultural local, promovendo a participação cidadã e buscando soluções coletivas para os problemas sociais.

Ao compartilhar a responsabilidade com a equipe da ONG, mediante encontros de planificação, discussão de ideias, reuniões de análise de resultados, tomada de decisões sobre ações a realizar, as pessoas se sentem empoderadas e têm maior autonomia para se desenvolverem individual e coletivamente. A comunidade tem conquistado acesso a educação, saúde, meios de comunicação, oportunidades de trabalho e cada vez mais dinamismo na participação, enfrentando os problemas com maior confiança, como transparece em suas participações em reuniões, na interpelação aos poderes políticos exigindo os serviços de apoio comunitário como Centro de Saúde, vias de acesso aos pontos mais distantes da comunidade, abastecimento de água, transporte escolar e trabalhos que geram emprego público. As palavras das entrevistadas revelam o exposto, como exemplo, B. disse durante uma sessão de discussão focalizada realizada no âmbito desta pesquisa:

A comunidade tem perspectiva de futuro e podemos avançar para o futuro, sonhar mais, e se cometermos erros sabemos que aprendemos com eles e avançamos. Podemos até errar de novo, mas não paramos. Para mim isto surgiu com o projeto. Lajedos é outra comunidade, diferente, aberta, sabemos escolher, decidir, e cada um escolhe no que quer participar, sabendo que todos acabamos por beneficiar. (B. FG)

Na constelação de ideias como autonomia, emancipação, cidadania e participação presentes no projeto encontramos a educação, sobretudo não formal, como elemento aglutinador. A educação situada no cotidiano das pessoas, além da construção de capacidades e conhecimentos, possibilita a construção da autonomia, é transformadora da vida comunitária e, ao mesmo tempo, indutora do processo de desenvolvimento.

Efetivamente, a educação está presente de forma rizomática nas dinâmicas participativas, na construção da emancipação e autonomia coletiva com efeitos individuais e mudanças sociais, ao longo do ciclo de vida do projeto.

Tomamos o conceito *rizoma*, derivado da biologia, que pode ser brevemente resumido como uma estrutura biológica subterrânea composta por raízes entrelaçadas que se ramificam de forma não hierárquica, proporcionando diferentes conexões e múltiplas vias de crescimento. É nessa perspectiva que referimos como sendo rizomática a presença da educação no projeto, onde se apresenta como processo não linear, há múltiplas intervenções e ramificações, há uma construção coletiva. As ações de formação foram sendo planificadas e implementadas com a participação das pessoas que às vezes propunham temáticas, outras vezes, devido à própria dinâmica comunitária, mostrava-se necessária determinada formação, como foi o caso das formações em serviço de mesa e bar, culinária e restauração, que foram implementadas enquanto se criava um restaurante na comunidade.

A centralidade das formas de participação e o sentido de territorialidade fizeram com que o projeto ganhasse legitimidade comunitária, inclusivamente porque os benefícios abrangem a totalidade dos seus habitantes. Todas as pessoas tiveram a liberdade de participar ou não nas ações do projeto, de propor ideias e de participar nas discussões para tomada de decisões. O desafio pela emancipação e envolvimento das pessoas assumido pela Atelier Mar, constituiu uma abordagem que foi criando competências novas nas pessoas porque foram tidas em conta suas motivações, experiências e saberes.

A inércia da postura social, tradição histórica herdada do colonialismo, está em franca mudança, expressa na tomada de decisões com autonomia, na participação nos encontros com o poder local, na iniciativa de solicitar audiências com os órgãos de poder político para apresentar seus problemas e criar uma associação comunitária para terem um espaço de debate e de reivindicação. A atitude emancipatória também se torna um instrumento de intervenção e conquista de espaço sociopolítico, sobretudo porque foi adotada uma estratégia de intervenção com pressupostos pedagógicos, culturais e políticos, incorporada no processo de desenvolvimento.

As ações realizadas no âmbito do projeto, como a revalorização das festas tradicionais, a recuperação de terrenos de cultivo, a criação de oficinas de produção de artesanato resgatando práticas ancestrais, a criação da feira de economia solidária, embasando o desenvolvimento na cultura autóctone e no reforço das capacidades das pessoas, têm resultados concretos que justificam as afirmações sobre a autonomia e emancipação, que se espelham nas atividades que as pessoas realizam com autonomia, mostrando cada vez mais eficácia na conquista de espaço sociopolítico.

Tomemos como exemplos reveladores da emancipação, a reivindicação e conquista de acesso à educação formal, porque antes do projeto existia apenas uma pequena escola, insuficiente para as necessidades da comunidade, e foi criada outra escola, acesso à saúde

com a criação da Unidade Sanitária de Base, acesso à água canalizada, à eletricidade, que são bens necessários e a comunidade carecia deles. Esse processo envolveu muitas discussões coletivas, apresentação de projetos e petições nos órgãos de decisão como a delegação municipal ou a delegação do ministério da educação, até conseguirem a atenção dos decisores e a concretização de suas reivindicações.

Destacamos o fortalecimento das tradições festivas em comemoração do São João (24 de junho), onde o sincretismo religioso e o profano interagem mobilizando a vida comunitária desde as atividades geradoras de rendimentos ao lazer. Essa festa é hoje considerada patrimônio nacional e ganhou força identitária para o próprio município.

No projeto também se destacam as atividades econômicas assentes nos princípios da economia solidária, que valorizam os recursos locais, além de gerar rendimentos para várias pessoas, como por exemplo:

- As iniciativas de Turismo Solidário de Base Comunitária, que geram recursos para as 12 famílias que acolhem turistas em suas casas;
- O Restaurante Babilônia, criou emprego permanente para 5 pessoas, valoriza os produtos locais e a gastronomia tradicional e, como primeiro restaurante local, contribui para a visibilidade do projeto e uma dinâmica sociocultural nova, com o acolhimento de visitantes e eventos comemorativos de várias entidades;
- A Esplanada São João, próxima da Oficina de Transformação Alimentar, nasceu fortemente ligada à romaria que comemora esse santo de forma única, onde ao som dos tambores se podem degustar petiscos tradicionais, criando oportunidades de pequenos negócios locais;
- A Oficina de Produção de Materiais de Construção Civil, sobretudo lajetas produzidas aproveitando a pozolana (rocha vulcânica), tem criado empregos (4 permanentes e aproximadamente 10 sazonais) e ampliado oportunidades de trabalho, além de fornecer materiais de construção a um preço mais baixo que o mercado convencional;
- A Feira de Economia Solidária, realizada mensalmente, dinamiza o comércio local de produtos de agricultura, pecuária e artesanato, envolvendo não só as 12 feirantes locais, mas também vendedores e produtores de mais 10 comunidades do município do Porto Novo;
- A dinamização do artesanato criou oportunidades econômicas autônomas com a produção de objetos utilitários e decorativos em cestaria, costura criativa, tingidura de tecidos, tecelagem, com adaptação às matérias-primas locais;
- A produção de doces e licores tradicionais com frutas, plantas aromáticas e aguardente de cana-de-açúcar (o popular *grogue*) dá trabalho permanente a 3 mulheres e serve de modelo para muitos grupos de outras comunidades, que escolhem esse tipo de produção.

Esse breve elenco das atividades principais que foram criadas no projeto tiveram por trás uma reflexão sobre o desenvolvimento sociocomunitário em uma comunidade rural empobrecida, onde o ponto de partida foi acreditar que as pessoas são o maior recurso local e sempre há maneiras de potencializar o que existe na comunidade, com valorização da cultura e da identidade local. Desse modo, todo o ciclo de vida do projeto é atravessado de animação articulada com experimentação e com formações, o que contribuiu para que as pessoas acreditassem em seu valor; as experiências com os recursos locais (tecelagem com fibras naturais como o sisal, a bananeira e a cana-de-açúcar, transformação de produtos agrícolas, pozolana, plantas aromáticas) levaram ao melhor aproveitamento dos produtos tradicionais; os saberes ancestrais articulados com novas atividades como o turismo, geram mais rendimentos porque aumentam o valor dos produtos convencionais resultantes da agricultura de subsistência.

As respostas encontradas são catalisadoras da participação e aumentam a autoestima e confiança das pessoas, quer individual, quer coletivamente. Essa abordagem incorporada no processo de desenvolvimento sociocomunitário também é fundamental para garantir que as mudanças conquistadas não sejam superficiais, mas sim estruturais e duradouras.

O estudo revela que é preciso dar continuidade porque somente por meio do trabalho contínuo na promoção do desenvolvimento, observando a igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos humanos, será possível alcançar justiça, autonomia das pessoas e uma comunidade inclusiva.

Todas essas atividades caracterizam o modo de intervenção da Atelier Mar, que, a partir da análise das situações, reflete junto com a comunidade as possíveis soluções e estimula as iniciativas populares, introduzindo tecnologias alternativas na agricultura, construção e produção de artesanato, entre outros.

As dimensões educativas da intervenção da ONG se revelam nos processos participativos, nos estímulos para as pessoas se envolverem nas tomadas de decisões, no debate sobre o próprio processo de desenvolvimento desencadeado, nas ações de formação, no engajamento ativo das mulheres e homens da comunidade.

Ao considerarmos a emancipação como consciência de suas próprias capacidades e do seu próprio poder, ou seja, a capacidade de pensarem sobre sua realidade, sobre as práticas sociais e sua participação, assumindo o poder de operar as mudanças que desejam, a dimensão de educação para a autonomia e emancipação também ficou clara.

As propostas de valorização dos recursos da comunidade, sobretudo das pessoas, foram sendo tecidas como fios solidários e autônomos que configuram os resultados do projeto em um tecido com as cores da persistência, da emancipação, da criatividade, abrindo alternativas à comunidade com aprendizagens coletivas.

Conclusões

O projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos desencadeou um processo educativo mediante a interligação de várias atividades onde as pessoas foram adquirindo competências para gerir suas vidas com novas informações e conhecimentos que lhes permitem interpretar a realidade, desejar e operacionalizar mudanças.

O movimento dinâmico entre atividades promotoras do desenvolvimento da comunidade e aprendizagens significativas criou a consciência de que o desenvolvimento é possível no meio rural, a partir da própria comunidade, com algum estímulo externo, mas sem que se imponham modelos exteriores, encontrando respostas e tomando decisões com a comunidade, mobilizando seus desejos e vontades, descobrindo seu poder de operar mudanças.

O desenvolvimento sociocomunitário ocorrido por impulso da Atelier Mar no âmbito do projeto em Lajedos tem características próprias porque não foi criado sob a influência das entidades do hemisfério norte, não se subordinou à dimensão econômica do desenvolvimento, valoriza a participação social, as mudanças de pequena escala e a autonomia das pessoas em seu território, em busca de caminhos para melhorar as condições de vida.

Mostra-se pertinente referir o pensamento de Traoré (1999) considerando a realidade africana, que sugere uma reflexão crítica para que os processos de desenvolvimento sejam baseados nos recursos que temos e redefinidos como base para responder às nossas reais necessidades de saúde, educação, alimentação, habitação e luta contra a pobreza.

Finalmente, é importante reafirmar que a educação, uma variável constante no processo, mostrou-se fundamental para assegurar a participação e a apropriação das ações. Não havendo caminho feito antes disso, não havendo modelos de intervenção assumidos, foi seguindo por uma pedagogia do desconhecido que se fez o caminho de desenvolvimento em Lajedos, com ética, responsabilidade e, sobretudo, bastante criatividade.

A conclusão a que chegamos é que no projeto o contexto educativo é constituído por toda a comunidade e a riqueza de seu cotidiano e que as ações realizadas se apresentaram sempre imbuídas de práticas pedagógicas.

O processo de desenvolvimento sociocomunitário envolveu desafios cognitivos que incorporaram as interações vividas em um trabalho prolongado entre a ONG, os parceiros e as pessoas da comunidade, articulando experiências, saberes e princípios orientadores, o que veio a revelar a pluralidade e a complexidade ontológica do educativo.

A implementação do projeto de Lajedos materializou uma prática de escuta e leitura da realidade, de promoção de mudanças, com participação das pessoas e respeito pela comunidade, fomentando um processo emancipatório de transformação.

A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento pode ser alcançado no meio rural apesar da situação de pobreza material, por meio da valorização cultural e fortalecimento

da própria comunidade. A mobilização dos desejos e vontades da comunidade, bem como dos recursos endógenos, é um elemento-chave nesse processo, pois é a partir da articulação dessa mobilização com estratégias efetivas de desenvolvimento e a tomada de consciência das pessoas é que se pode realmente melhorar as condições de vida das pessoas, criando condições para sua emancipação e autonomia.

Além disso, ao descobrir seu poder de agir para conduzir mudanças, a comunidade se torna protagonista de seu próprio desenvolvimento, garantindo a sustentabilidade e a autonomia desse processo.

O trabalho realizado com a comunidade de Lajedos por uma ONG de gênese cabo-verdiana conduziu esse desenvolvimento sem impor modelos de fora, mas estimulando as competências locais, aproveitando os recursos endógenos, respeitando os saberes e ritmos de vida da comunidade. Esses estímulos assumiram a forma de discussões/reflexões, tomada de decisões conjuntas, corresponsabilidade, formações, acesso a recursos e informações, incentivos socioeconômicos e sempre com uma atenção e intenção pedagógica.

Assim, um projeto de desenvolvimento sociocomunitário no meio rural de uma ilha cabo-verdiana, mediante práticas participativas emancipatórias, levou ao fortalecimento da identidade local, à melhoria das condições de vida e ao empoderamento da comunidade de Lajedos como território e como coletivo humano. Desse modo, o próprio processo de desenvolvimento, visto como um processo de mudanças sociais, pode ser interpretado como um processo de aprendizagens mútuas, em consequência da participação, das escolhas com autonomia, do respeito pelos saberes locais, de uma metodologia de intervenção que é sobretudo pedagógica. Como diz Canário (1998), o processo de desenvolvimento coincidiu com um processo coletivo de aprendizagem e de ampliação das capacidades.

Referências bibliográficas

- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75-111.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Ed. 70.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zahar.
- Cabo Verde. (1979). *Relatório do Seminário de Formação de Coordenadores Regionais de Alfabetização*. Ministério da Educação
- Cabo Verde. (2021). *III livro branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde*. Governo de Cabo Verde.
- Canário, R. (1998). Educação e perspectivas de desenvolvimento do “Interior”. In J. Madureira Pinto, & A. Dornelas (Orgs.), *Perspectivas de desenvolvimento do interior* (pp. 33-43). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

-
- Caride, G. J. A. (1997). Acción e intervención comunitarias. In G. J. A. Caride (Org.), *Pedagogía social* (pp. 222-247). Ariel.
- Caride, G. J., Freitas, O., & Vargas, G. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Profedições.
- Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da educação e da aprendizagem*. Fundação Manuel Leão.
- Demo, P. (2001). **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.
- Estrela, M. M. (2005). *O envolvimento da população na redução da exclusão e na extensão da protecção social. Desenvolvimento Comunitário de Lajedos, Cabo Verde*. <https://www.social-protection.org/gimi/gess/Media.action?id=8443>
- Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento. Um roteiro crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 134-144.
- Ferreira, S. (2012). Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, 107-132.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta.
- Furtado, C. (2016). Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. *Estudos Ibero-Americanos*, 42(3), 855-887.
- Gohn, M. (2014). Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em Educação*, 2(1), 35-50.
- Jesus, A. T. (2016). *Desenvolvimento local: as dinâmicas dos actores sociais no contexto cabo-verdiano*. Pedro Cardoso.
- Larsen, A. K., Sewpaul, V.; & Hole, G. O. (2003). Community development: towards an integrated emancipatory framework. In A. K. Larsen, V. Sewpaul, & G. O. Hole (Eds.), *Participation. in community work* (pp. 248-264). Routledge.
- Marques, J. (2015). *Estudo diagnóstico das ONG em Cabo Verde/2015*. Plataforma das ONG de Cabo Verde.
- Meng, L., & Le Blanc, D. (2013, September). Financing for sustainable development in Small Island Developing States (SIDS). https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/8494/Financing_for_sustainable_development_in_SIDS.pdf?sequence=3&isAllowed=
- Nóvoa, A. (2014). *Educação 2021: para uma história do futuro*. Universidade Nova.
- Quintana C., J. M. L. (1992). A educación más allá de la escuela. In V. G. Hoz (Org.), *Iniciativas sociales en educación informal* (pp. 15-61). Rialp.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.

-
- Silva, A. C. (1996). *Histórias de um Sahel insular* (2a ed.). Spleen.
- Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Teixeira, O. L. (2006). *Ensino-aprendizagem da escrita na educação básica de adultos em Cabo Verde: concepções e métodos* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Traoré, A. D. (1999). *L'étau: l'Afrique dans un monde sans frontières*. Actes Sud.
- Varela, B. (2014). *Fundamentos e referências metodológicas do planeamento educativo nos contextos local e de escola*. Universidade de Cabo Verde.
- Varela, B. (2023). *A evolução do Ensino Superior público em Cabo Verde: da criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário à instalação da Universidade Pública*. Universidade de Cabo Verde.
- Varela, F. (2018). *Concepções, trajetórias e práxis educativa: um estudo sobre o programa de formação de educadores de adultos em Cabo Verde* (Tese de Doutoramento). Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.
- Yin, R. K. (1994). *Case study research: design and methods*. Sage.

Para citar este artigo

Norma ABNT

ESTRELA, M. M.; COSTA, A. S.; CORREIA, J. A. Uma experiência de desenvolvimento sociocomunitário com práticas emancipatórias em Cabo Verde. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 14, n. 32, p. 7-28, 2024.

Norma APA

Estrela, M. M., Costa, A. S., Correia, J.A. (2024). Uma experiência de desenvolvimento sociocomunitário com práticas emancipatórias em Cabo Verde. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 14(32), 7-28.

Norma Vancouver

Estrela MM, Costa AS, Correia JA. Uma experiência de desenvolvimento sociocomunitário com práticas emancipatórias em Cabo Verde. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, [Internet]. 2024 [cited janeiro 08, 2024]; 14(32):7-28.
Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/13827>